



ACÓRDÃO Nº 619/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11705/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Antonio Lopes de Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3332/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Antonio Lopes de Souza**, responsável pela Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA, exercício de 2018, com fundamento no art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso II da Lei nº 2.423/96 (L.O. do TCE/AM), por dispensar/inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Antonio Lopes de Souza** no valor de **R\$ 4.000,00**, nos termos do art. 53, parágrafo único, por dispensar/inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei



ACÓRDÃO Nº 619/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Dar ciência ao Sr. Antonio Lopes de Souza, encaminhando-lhe cópia da presente decisão e ao Ministério Público Estadual para adoção de medidas que entender cabíveis, encaminhando-lhe cópia deste Acórdão acompanhada do Relatório-Voto.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Julho de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em substituição

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral